

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

#### 1.3 ÁREA REQUISITANTE

1.3.1. Secretaria municipal de Saúde.

### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

**2.1 AQUISIÇÃO DE INSUMOS LABORATORIAIS UTILIZADOS NA ROTINA DE PROCEDIMENTOS DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISE CLÍNICAS VINCULADO AO HOSPITAL E MATERNIDADE SENHORA SANTANA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI-CE.**

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/CE, por intermédio da Secretaria de Saúde, reconhecendo a importância vital da eficiência operacional na execução de suas atividades, identifica a necessidade premente da aquisição do objeto em epígrafe. Essa demanda emerge da necessidade de assegurar que o laboratório de análises clínicas, no qual funciona junto ao hospital e maternidade Senhora Santana, esteja adequadamente equipado com os suprimentos necessários para sua operação contínua e eficaz.

3.2 Nesse sentido, a aquisição dos insumos laboratoriais é de extrema importância para garantir a qualidade e a eficácia dos serviços de saúde prestados à população de Santana do Cariri e região. Além disso, a presente aquisição visa ainda:

a) Apoio ao Diagnóstico de Doenças: Os insumos laboratoriais são essenciais para a realização de exames que possibilitam o diagnóstico preciso de diversas condições de saúde. Com a aquisição adequada, será possível detectar precocemente doenças, proporcionando um tratamento mais eficaz e aumentando as chances de recuperação dos pacientes.

b) Atendimento à Demanda Local: A população de Santana do Cariri necessita de serviços de saúde acessíveis e de qualidade. A disponibilidade de insumos adequados permitirá a realização de um maior número de exames, atendendo a demanda crescente da população e reduzindo a necessidade de encaminhamentos para outras cidades.

c) Promoção da Saúde da Mulher e da Criança: Como uma maternidade, é fundamental garantir a saúde da gestante e do recém-nascido. Insumos laboratoriais adequados são necessários para realizar exames pré-natais e neonatais, fundamentais para a monitorização da saúde materna e infantil, reduzindo riscos e complicações.

d) Compliance e Normas Técnicas: A aquisição de insumos de qualidade é imprescindível para assegurar que o laboratório atenda às normas técnicas e regulamentações vigentes, garantindo a confiabilidade dos resultados dos exames e a segurança dos pacientes.

e) Integração com as Redes de Saúde: O fortalecimento das capacidades do laboratório contribui para uma melhor integração com as redes de saúde pública e privada, facilitando o fluxo de informações e a continuidade do cuidado aos pacientes.

f) Eficiência Operacional: A disponibilidade contínua de insumos laboratoriais reduz as interrupções nos serviços, promovendo maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos do hospital.

3.3. Outrossim, os insumos requisitados visam suprir necessidades operacionais que impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados à população. A ausência desses materiais ou a inaptidão podem comprometer gravemente a capacidade da Administração Pública de atender com qualidade as necessidades da comunidade, afetando a eficiência organizacional.

3.4 Por fim, a essencialidade desta contratação reflete o compromisso da Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/CE em assegurar o alto padrão nos serviços de atendimento providos a população, bem como a produtividade e resultatividade da Secretaria de Saúde, através de uma gestão de suprimentos responsável, previsora e alinhada as melhores práticas de administração pública e as exigências legais vigentes.

#### **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1 A descrição criteriosa dos requisitos da contratação constitui um pilar central no processo licitatório, garantindo a seleção de propostas que não somente atendam as necessidades imediatas da administração pública, mas que também estejam alinhadas as diretrizes de sustentabilidade, qualidade, e desempenho, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. A incorporação de práticas sustentáveis e o cumprimento das legislações aplicáveis asseguram um equilíbrio entre o atendimento das necessidades correntes e a preservação de recursos para as gerações futuras, promovendo, assim, o desenvolvimento nacional sustentável.

4.2 Os requisitos aqui detalhados são delineados com o propósito de orientar a futura contratação, englobando aspectos gerais, legais, sustentáveis e específicos necessários para a adequada execução do objeto contratual.

a) Requisitos Gerais: Os insumos a serem adquiridos deverão cumprir rigorosamente todos os padrões de qualidade e desempenho exigidos para sua aplicação específica deverão ser compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria de Saúde, garantindo a eficácia e a eficiência nas ações desenvolvidas por tais entidades.

b) Requisitos Legais: Todos os insumos e serviços adquiridos devem estar em conformidade com a legislação brasileira vigente, incluindo normas técnicas aplicáveis, especificações mínimas de desempenho e qualidade. O fornecedor deve assegurar que todas as licenças e certificados exigidos para a produção e comercialização dos materiais estejam válidos e atualizados.

c) Requisitos de Sustentabilidade: Em alinhamento com as políticas de desenvolvimento nacional sustentável, a contratação deverá priorizar materiais produzidos com recursos

renováveis ou reciclados e práticas de produção que minimizem o impacto ambiental. A adoção de embalagens reduzidas, compostáveis, ou recicláveis, bem como a demonstração de logística reversa e uso eficiente de recursos. Adicionalmente, práticas de produção que reduzam o consumo de energia e água serão observadas.

4.3 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.4 Da Subcontratação:

4.4.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5 Justificativa quanto a garantia da proposta (se for o caso):

4.5.1 A exigência de garantia da proposta, como caução em dinheiro, seguro—garantia ou fiança bancária, oferece uma proteção adicional para a administração pública contra riscos de inadimplemento, não conformidade com as especificações contratuais, e eventuais danos.

4.5.2 A exigência de uma garantia da proposta assegura que os licitantes apresentem propostas sérias e viáveis, comprometendo-se formalmente com a execução do contrato caso sejam vencedores.

4.5.3 A garantia da proposta desestimula a participação dos licitantes que possam apresentar propostas irresponsáveis ou inexecutáveis, promovendo um ambiente de concorrência saudável e justa.

4.5.4 A garantia da proposta protege a administração pública contra desistências intempestivas dos licitantes vencedores, evitando atrasos e prejuízos decorrentes da necessidade da realização de novos procedimentos licitatórios.

4.5.5 Em caso de desistência injustificada, a administração pública pode reter a garantia da proposta como forma de compensar os custos administrativos e operacionais gerados pela situação.

4.6 Entende-se como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento (habilitação) quando

do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

a) Requisitos de habilitação para julgamento:

4.7. Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

4.8 Por fim, todos os requisitos definidos visam garantir que a contratação atenda de maneira integral e eficiente as demandas da Secretaria de Saúde, promovendo não apenas o atendimento das necessidades atuais, mas também projeções futuras, em consonância com os princípios de responsabilidade fiscal, ambiental e social. Assim, abstém-se de incluir especificações excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade, assegurando um processo licitatório inclusivo e benéfico para todas as partes interessadas.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

5.1 Na busca por soluções adequadas para a aquisição de insumos laboratoriais, foram considerados vários modelos de contratação entre fornecedores e órgãos públicos, incluindo:

5.2 **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas a atender as especificidades dos insumos requeridos.

5.3 **Solução nº 02:** Formas alternativas de contratação, como a realização de parcerias público- privadas (PPP) ou consórcios entre diversos órgãos públicos para contratação conjunta, buscando otimizar custos e processos logísticos.

5.4 **A Solução nº 01** mostra-se mais adequada ao caso concreto, haja vista que essa modalidade de licitação é favorecida por permitir uma seleção mais ampla e competitiva

entre os fornecedores, garantindo a administração pública condições mais vantajosas e flexibilidade na contratação.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Considerando a necessidade identificada pela Secretaria municipal de Saúde de Santana do Cariri/Ce, para a aquisição de material de insumos laboratoriais, realizou-se um estudo técnico preliminar amplo que contemplou as diversas soluções disponíveis no mercado. Este estudo foi fundamentado nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, os quais orientam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovem a justiça nas competições e incentivam o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11).

6.2. Com base na análise de mercado detalhada, consideramos todas as alternativas disponíveis, em conformidade com o Art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, que recomenda um levantamento de mercado como parte essencial do planejamento da contratação. A aquisição dos itens do objeto em questão foi avaliada sob critérios técnicos, econômicos, e de sustentabilidade, visando não só atender as necessidades imediatas das unidades gestoras envolvidas, mas também garantir alinhamento as políticas de desenvolvimento nacional sustentável.

6.3 A solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar – **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas para atender as especificidades dos insumos requeridos, demonstrou ser a mais adequada existente no mercado para atender as demandas especificadas. Esta solução permite não apenas a adequação as necessidades operacionais e programáticas da Secretaria de Saúde, mas também assegura economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos, conforme exigido pelo Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o qual destaca a economicidade entre os princípios norteadores das contratações públicas.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES



7.1 A descrição completa dos itens com as suas respectivas quantidades alocadas em cada lote segue na tabela abaixo:

GRUPO/LOTE 01 -					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNTD	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Acido Urico Liquiform 1/100 ml	FRASCO	80		
2	Alt/Gpt Liquiform 1/100	FRASCO	80		
3	Anticoagulante Citrato 20ml	FRASCO	25		
4	Anticoagulante EDTA 20ml	FRASCO	60		
5	ASLO 2,5 ml - com controle	FRASCO	50		
6	Ast/Got Liquiform 1/100	FRASCO	80		
7	Bilirrubina Direta Liquiform 104 ml	FRASCO	80		
8	Bilirrubina total 100 ml	FRASCO	50		
9	Colesterol HDL 50 ml	FRASCO	100		
10	Colesterol Liquiform 2/100 ml	KIT	40		
11	Corante Hemat 0,6% GIEMSA FR 1 litro	FRASCO	6		
12	Corante Hemat MAY GRUNWALD a 0,2% 1 litro	FRASCO	6		
13	Creatinina K 300 ml	FRASCO	50		
14	Fosfatase Alcalina Liquiform - frasco c/ 100 ml	FRASCO	90		
15	Gama Gt Liquiform 60 ml	FRASCO	90		
16	Glicose Pap Liquiform 500 ml	FRASCO	120		
17	HBA1C - hemoglobina A1C a determinação quantitativa da hemoglobina A1C (HBA1C) em amostras de sangue. Caixa com no mínimo 24 unidades	KIT	150		
18	Lugol Forte 2% 500 ml	FRASCO	6		
19	PCR - caixa c/ 100 testes	CAIXA	10		
20	Proteínas Totais 250 ml	KIT	29		
21	Sangue Oculto 20 T	KIT	36		
22	Sífilis - VDRL 5 ml, Kit de reação de floculação. para triagem na detecção de anticorpos da sífilis no soro, plasma ou líquido cefalorraquidiano (LCR). Somente para uso diagnóstico in vitro. Contém solução alcoólica de cardiolipina, colesterol, lecitina e timerosal a 0,1% como conservante. Pronta para uso.	KIT	50		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



23	Triglicerideo Liquiform 2/100 ml	KIT	40		
24	Troponina 25 T	CAIXA	10		
25	TTPA CLOT - - Frasco/kit com no mínimo 100 ml.	KIT	50		
26	Uréia Uv Liquiform 4/50 ml	KIT	40		
27	Uriquest Plus 150 T	CAIXA	96		
28	<b>Kit De Coloração Ziehl Neelsen. Para Realização De Baciloscopia</b> - O Kit é composto pelos corantes Azul de Metileno, Fucsina de Ziehl e o descorante Álcool Ácido. Kit contendo 3 frascos de 500 ml.	KIT	6		
29	<b>Kit De Beta Hcg</b> - Imunoensaio cromatográfico rápido, para a detecção qualitativa da gonadotrofina coriônica humana (hCG) em amostras, como auxílio à detecção precoce da gravidez. Caixa c/ 50 unidades.	CAIXA	36		
30	<b>Reagente Anti-A Monoclonal</b> - Reagentes utilizados para realização da tipagem sanguínea. Embalagem de vidro transparente com 10 ml para testes em lâminas ou tubo deve ser conservada em temperatura entre 2º a 8º c. a embalagem deve conter data de validade, número de lote, data de fabricação e registro no M.S. similar a PROTHEMO ou superior. OBS: todos devem ser da mesma marca. Validade mínima de 01 ano. Frasco com 10 mL.	FRASCO	18		
31	<b>Reagente Anti-B Monoclonal</b> - Reagentes utilizados para realização da tipagem sanguínea. Embalagem de vidro transparente com 10 ml para testes em lâminas ou tubo deve ser conservada em temperatura entre 2º a 8º c. a embalagem deve conter data de validade, número de lote, data de fabricação e registro no M.S. similar a PROTHEMO ou superior. OBS: todos devem ser da mesma marca. Validade mínima de 01 ano. Frasco com 10 mL.	FRASCO	18		





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



32	<b>Reagente Anti-D Monoclonal</b> - Reagentes utilizados para realização da tipagem sanguínea. Embalagem de vidro transparente com 10 ml para testes em lâminas ou tubo deve ser conservada em temperatura entre 2º a 8º c. a embalagem deve conter data de validade, número de lote, data de fabricação e registro no M.S. similar a PROTHEMO ou superior. OBS: todos devem ser da mesma marca. Validade mínima de 01 ano. Frasco com 10 mL.	FRASCO	18		
33	<b>Reagente Para Controle De Rh</b> - Reagentes utilizados para realização da tipagem sanguínea. Embalagem de vidro transparente com 10 ml para testes em lâminas ou tubo deve ser conservada em temperatura entre 2º a 8º c. a embalagem deve conter data de validade, número de lote, data de fabricação e registro no M.S. similar a PROTHEMO ou superior. OBS: todos devem ser da mesma marca. Validade mínima de 01 ano. Frasco com 10 mL.	FRASCO	18		
34	<b>Teste Rápido Onsite Rubéola IgG/IgM</b> - O Teste Rápido OnSite Rubéola IgG/IgM é um imunoenensaio de fluxo lateral para a detecção semi-quantitativa e diferenciação de anticorpos (IgG e IgM) contra o vírus da Rubéola no soro, plasma ou sangue total humano. O teste foi desenvolvido para uso profissional como um teste de triagem e como um auxiliar no diagnóstico da infecção pelo vírus da Rubéola. Caixa com pelo menos 25 testes.	CAIXA	18		
35	Controle De Qualidade De Eletrólitos três níveis - 10 ampolas Para Uso Com Sistema De Medição (K/ Na/ Cl/ Ca/ Li/ Ph).	KIT	36		
36	Desproteinizante enzimático (solução de limpeza) Uso Com Sistema De Medição Ise (K/ Na/ Cl/ Ca/ Li/ Ph) 100 ml	KIT	36		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



37	Ferro Sérico - Ferro ferrozine com padrão R1 = 40 ml, R2 = 10 ml, para 50 testes manuais, 160 testes automatizados.	KIT	90		
38	SDH Cleaner - 3 x 150 ml	KIT	6		
39	SDH Diluente -20 litros	GALÃO	6		
40	SDH Lisante - 1000 ML	FRASCO	6		
41	Solução Calibradora Pack(A/B/Flush)	KIT	9		
42	Solução De Condicionamento Para Uso Com Eletrodo De Na E Ph Para Manutenção De Rotina - 30 ml	KIT	9		
43	Solução De Recarga Para (K/ Na/ Cl/ Ca/ Ph) 2 ml	KIT	9		
44	Solução De Recarga Para Eletrodo De Referência Cloreto De Potássio- 20 ml	KIT	9		
45	TP CLOT - tempo de protrombina - frasco c/ 5 x 2 ml	KIT	150		
46	<b>Leishmaniose</b> - Teste imunocromatográfico rápido para determinação qualitativa de anticorpos IgG humano anti-Leishmania spp. (L. donovani, L. chagasi e L. infantum) em amostras de soro, plasma (EDTA ou Heparina) ou sangue total. Caixa com no mínimo 20 testes.	CAIXA	18		
Valor total estimado do lote R\$ _____ (_____)					

GRUPO/LOTE 02-					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QNTD	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
47	Bastão De Vidro 5 x 300 mm	UND	15		
48	Béquero De Vidro 50 ml	UND	5		
49	Béquero De Vidro 500 ml	UND	5		
50	Caixa De Lâmina Fosca 26x76mm Com 50 Unidades	CAIXA	108		
51	Caixa De Lâminulas 22x22mm Com 100 Unidades	CAIXA	50		
52	Cálice de sedimentação vidro graduado, com base. Capacidade 250ml	UND	80		
53	Estante Plástica 40 Furos Até 20 mm	UND	10		
54	Estante Plástica 60 Furos Até 16 mm	UND	10		



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



55	Papel Filtro Embalagem Com 100 Folhas 09 mm	PACOTE	36		
56	Peneiras Com Cabo Tamanho P	UND	80		
57	Pinça Anatômica Dissecção Com Serrilha 12 CM	UND	4		
58	Pipeta De Pasteur Graduada 3ml - pacote com 100 unidades	PACOTE	36		
59	Pipetador PI-PUMP 25ML	UND	4		
60	Ponteira para micropipeta volume variável 100 – 1000ul - Ponteira 100 – 1000ul Sem Filtro - pacote com 500 unidades	PACOTE	36		
61	Ponteira para micropipeta volume variável 5-200uL - Ponteira sem filtro 5-200uL amarela tipo gilson - Olen. Pacote c/ 1000 Unidades.	PACOTE	36		
62	Tampas Para Tubo De Ensaio 12x75 mm - pacote com 1000 unidades	PACOTE	10		
63	Tampas Para Tubo De Ensaio 15X160 - pacote com 1000 unidades	PACOTE	10		
64	Termômetro Digital Com Temperatura Máxima E Mínima Com Sensor para geladeira.	UND	4		
65	Tubo Cônico Graduado Plástico 15 ml, pacote c/ 50 und	PACOTE	200		
66	Tubos De Ensaio 12x75 mm, vidro - pacote c/ 250 und	PACOTE	6		
67	Tubos De Ensaio 15x160 mm, vidro	UND	1500		
68	<b>Cubas E Berços Para Coloração</b> - Conjunto para coloração de lâminas no sentido vertical com 12 cubas-easypath, confeccionados em pom (polioximetileno poliacetal), produzido através da polimerização do formaldeído. dimensões: 70x12x12 cm, peso: 3,5 kg.	KIT	6		
69	<b>Rack Vazio Para Ponteiras 1000 µl</b> - Rack vazio para armazenamento de ponteiras de 1000 µl. Unidades que acomodam 100 ponteiras.	UNIDADE	5		
70	<b>Rack vazio para ponteiras de 200 µl</b> - Rack vazio para armazenamento de ponteiras de 20 µL, 100 µL, 200 µL. Unidades que acomodam 100 ponteiras	UNIDADE	5		

71	<b>Micropipeta Volume Variável 10-100 µl</b> - Micropipeta mecânica monocanal volume variável, com dispensador de ponteiros, visor com sistema de numeração digital; formato anatômico, leve, feita em plástico resistente. Botão com dois estágios de operação permitindo pipetagem reversa.	UNIDADE	6		
72	<b>Micropipeta Volume Variável 100-1000 µl</b> - Micropipeta mecânica monocanal volume variável, com dispensador de ponteiros, visor com sistema de numeração digital; formato anatômico, leve, feita em plástico resistente. Botão com dois estágios de operação permitindo pipetagem reversa.	UNIDADE	6		
73	<b>Suporte Para 6 Micropipetas 1</b> - Fabricado em plástico, comporta 6 micropipetas	UNIDADE	6		
Valor total estimado do lote R\$ _____(_____)					

## 7.2. Justificativa para a Divisão em Lotes:

7.2.1. Quanto à divisão técnica dos lotes os itens foram agrupados em Lotes em virtude guardarem compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a contratação dos serviços, de modo a manter a competitividade necessária à disputa;

7.2.2. No objeto em tela caso fosse adotado o critério de julgamento por item geraria um número muito grande de vencedores para o atendimento de um mesmo objeto, o que dificultaria a coordenação das atividades, pois a Secretaria de Saúde não conta com servidores suficientes para fiscalizar e acompanhar um elevado número de contratos;

7.2.3 No que diz respeito ao princípio da economicidade em contratar a proposta mais vantajosa, individualizar a contratação do aludido objeto sobrecarrega a administração pública e encarece o contrato final, haja vista também que os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando uma maior parcela (Lote) do objeto licitado, dessa forma na divisão por lote do objeto em tela há um grande ganho para a Administração na economia de escala, tendo em vista que implicaria em aumento de quantitativos e consequentemente, numa redução de preços a serem pagos pela Administração.

### 7.3 Justificativa do quantitativo:

7.3.1 O quantitativo estimado para a aquisição de insumos laboratoriais utilizados na rotina de procedimentos do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, vinculado ao Hospital e Maternidade Senhora Santana, foi definido com base na demanda média de exames laboratoriais, considerando o histórico de consumo dos últimos exercícios, a capacidade operacional do laboratório e a necessidade de atendimento contínuo à população do Município de Santana do Cariri-CE.

7.3.2 O levantamento levou em consideração o volume de atendimentos ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência, bem como os exames realizados para programas de atenção básica, vigilância em saúde, pré-natal, acompanhamento de pacientes crônicos e demais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Também foram considerados possíveis aumentos sazonais na demanda, evitando a descontinuidade dos serviços laboratoriais por falta de insumos.

7.3.3 Assim, o quantitativo estimado mostra-se compatível, razoável e proporcional às necessidades reais do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 A pesquisa de preços a ser realizada pelo setor e compras dessa municipalidade e observará o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, bem como ao Anexo V do Decreto Municipal nº 0204001/2024 de 02 de abril de 2024.

8.2 O Levantamento será feito através de contratações semelhantes feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas, respeitados o período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

8.3 A estimativa preliminar de preço é mera expectativa de valor de contratação, que depende de pesquisa mercadologia ampla para confirmação, podendo sofrer variação de preço resultante da atividade econômica.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando todo o objeto a ser adquirido, considerando as peculiaridades dos mesmos, foi efetuado, a título de organização e melhor forma de contratação a divisão dos itens por grupo/lote, reconhecemos a necessidade da divisão, tendo em vista que o julgamento será o menor preço global por grupo/lote, agrupando os itens poderá existir economia de escala, haja vista que a divisão em lote considerou a similitude entre os itens.

9.2. Como já mencionado acima, o critério adotado não exclui a concorrência, apenas prioriza agrupar por semelhança. Nestas condições, a Secretaria de Saúde com base nas demandas, definiu de maneira precisa o que realmente contempla o interesse público, verificando-se ainda sua conformidade com os ditames legais.

9.3. Nesse sentido, os editais devem sempre buscar a proposta mais vantajosa e evitar a redução do universo de participantes do procedimento licitatório, preservando, portanto, o referido interesse público. Ocorre que, se por um lado, a Administração não pode restringir em demasia o objeto a ser contratado sob pena de frustrar a competitividade, por outro, não podemos definir o objeto de forma excessivamente ampla, podendo, neste caso, os critérios para julgamento das propostas falecerem, em virtude da própria administração admitir propostas díspares, inclusive as que não satisfazem ao interesse público.

9.4. Assim podemos concluir que a definição do objeto da licitação pública e as suas especificidades são discricionárias, competindo a Administração avaliar o que o interesse público demanda obter mediante a aquisição. No presente caso, a Administração, lançando-se do poder discricionário que tem, permite que para o certame exista um vencedor para cada lote, contendo os itens agrupados. O agrupamento em grupo/lote, resulta em considerável ampliação da competitividade, pois os valores se tornarão mais atraentes aos proponentes, devendo assim aumentar a probabilidade de que a Administração venha a celebrar contratos mais vantajosos, tendo em vista que ela receberá mais propostas, beneficiando a eficiência dos contratos



administrativos. A Administração, com essa decisão justificada, visa aumentar o desconto oferecido pelas empresas licitantes devido ao ganho de escala no fornecimento de todos os produtos licitadas, bem como facilitar e otimizar a gestão do contrato, pois caso os itens sejam divididos entre vários licitantes, qualquer atraso por parte de qualquer um deles poderá comprometer todo o planejamento da secretaria.

9.5 A decisão de não parcelar o objeto desta licitação baseia-se ainda nos seguintes pontos:

a) Avaliação da Divisibilidade do Objeto: Verificou-se a divisão do objeto da licitação poderia implicar em prejuízos para sua funcionalidade e para os resultados pretendidos pela Secretaria de Saúde.

b) Viabilidade Técnica e Econômica: A análise demonstrou que a divisão do objeto não é técnica e economicamente viável. A qualidade, eficácia e os custos logísticos associados a gestão de múltiplos contratos seriam prejudiciais ao interesse público.

c) Economia de Escala: Foi identificado que o parcelamento aumentaria de forma desproporcional os custos unitários, superando os benefícios que a divisão poderia trazer.

d) Competitividade e Aproveitamento do Mercado: Embora o parcelamento possa contribuir para uma maior competitividade e participação de fornecedores de menor porte, neste caso específico, o impacto negativo sobre a economia de escala e a gestão logística tornariam o processo menos eficiente.

e) Decisão pelo Não Parcelamento: A decisão é justificada claramente pelo fato de que a divisão acarretaria prejuízos significativos, como aumento dos custos operacionais e impacto negativo na qualidade dos resultados pretendidos.

f) Análise do Mercado: O estudo do mercado reforça esta decisão, mostrando que as Práticas do setor econômico de insumos laboratoriais favorecem contratações mais amplas devido a requisitos específicos de qualidade, homogeneidade e escalas de produção.

9.6. Por fim, a decisão para o não parcelamento fundamentada em um estudo técnico detalhado assegura a completa transparência e adequação as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

10.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a operacionalização da contratação dos itens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

## **11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

11.1. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do município de Santana do Cariri-Ce, DFD nº 354/2024 -Secretaria de Saúde.

11.2. A inclusão desta contratação no Plano de Contratações Anual foi definida com base na análise detalhada das necessidades das unidades gestoras, visando atender de maneira eficiente e estratégica as demandas municipais.

11.3. A inserção deste processo no Plano de Contratações Anual evidencia uma gestão por competências focada na maximização dos recursos e na otimização dos resultados pretendidos. Por meio deste alinhamento estratégico, a Prefeitura Municipal de Santana do Cariri assegura que as contratações realizadas contribuam de maneira efetiva para o atendimento das diretrizes de planejamento estratégico do município e das expectativas da população santanense.

## **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

12.1 Pretende-se contratar os itens descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço global máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência com vista a garantir a não interrupção do fornecimento, e são fundamentados no alcance de objetivos estratégicos, conforme previsto pela Lei nº 14.133/2021. Estes incluem:

a) Maximização da Economicidade: Busca-se a otimização dos recursos públicos por meio da seleção da proposta mais vantajosa, não se restringindo ao menor preço, mas considerando o melhor custo-benefício.

b) Aumento da Eficiência: Almeja-se aprimorar a gestão de demandas da secretaria municipal de Saúde, assegurando agilidade no fornecimento dos insumos fundamentais para o funcionamento eficiente dos serviços públicos.

c) Ampliação da Competitividade e Justiça no Processo de Seleção: Conforme orientações do Art. 11, II, a administração pública deve assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, promovendo a justa competição. A transparência e a ampla participação de fornecedores no certame favorecem a seleção de propostas que conciliam qualidade e preço justo.

d) Sustentabilidade: Em linha com o Art. 26 da Lei 14.133/2021 e os requisitos específicos de sustentabilidade ou de impacto ambiental para os insumos a serem adquiridos, espera-se que esta contratação contribua para o desenvolvimento nacional sustentável. A adoção de práticas e materiais ecologicamente corretos nas aquisições públicas reforça o compromisso com a preservação ambiental.

12.2 Estes resultados almejam não apenas o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, mas também promovem uma gestão pública eficaz, transparente e responsável, alinhada as melhores práticas de governança e em pleno atendimento as necessidades da população servida.

### **13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

13.1 As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das contratações. A Controladoria Geral do Município também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

13.2 Para assegurar a eficiência e eficácia do processo de contratação são necessárias ainda as seguintes providências:

a) Desenvolvimento do Termo de Referência: Elaborar um Termo de Referência com base nos requisitos estabelecidos no estudo técnico preliminar, que conterà todas as

especificações técnicas e quantitativas do serviço a ser contratado, bem como critérios de aceitação e indicadores de qualidade.

b) Publicação e Divulgação: Garantir a ampla publicidade do processo licitatório, utilizando todos os meios de divulgação disponíveis, em conformidade com o princípio da publicidade estabelecido pela Lei 14.133, para assegurar a participação de um número amplo de licitantes potenciais.

c) Homologação e Adjudicação: Assegurar que os procedimentos de homologação e adjudicação estejam em conformidade com os critérios de julgamento estabelecidos no edital, garantindo transparência e isonomia no tratamento dos licitantes.

d) Fiscalização da execução contratual, para assegurar que os serviços sejam prestados de acordo com o contratado, em termos de qualidade, prazos e especificações técnicas.

#### **14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS**

14.1 Consoante aos preceitos da Lei nº 14.133/2021, a aquisição e utilização de insumos laboratoriais para a rotina de procedimentos do Laboratório Municipal de Análises Clínicas, vinculado ao Hospital e Maternidade Senhora Santana, podem gerar impactos ambientais pontuais, principalmente relacionados à geração de resíduos e ao consumo de recursos. No entanto, tais impactos são considerados controláveis e de baixo impacto, desde que observadas as normas técnicas e legais vigentes.

##### **14.2 Possíveis Impactos Ambientais:**

a) Geração de resíduos sólidos e biológicos, incluindo materiais perfurocortantes, reagentes químicos, embalagens plásticas, frascos e materiais descartáveis utilizados nos procedimentos laboratoriais.

b) Geração de resíduos químicos, decorrentes do uso de reagentes laboratoriais, com potencial risco de contaminação do solo e da água caso o descarte seja inadequado.

c) Consumo de recursos naturais, como água e energia elétrica, utilizados na realização dos exames laboratoriais.

d) Risco ocupacional e ambiental, caso haja manuseio, armazenamento ou descarte inadequado dos insumos e resíduos gerados.

14.3 Medidas Mitigadoras: Para minimizar os impactos ambientais decorrentes da utilização dos insumos laboratoriais, serão adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

- a) Segregação adequada dos resíduos, conforme a classificação estabelecida pelas normas ambientais aplicáveis.
- b) Armazenamento temporário seguro dos resíduos laboratoriais, respeitando critérios de identificação, acondicionamento e segurança.
- c) Destinação final ambientalmente adequada, por meio de empresa licenciada para coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde.
- d) Capacitação contínua dos profissionais, visando o correto manuseio dos insumos e a redução de riscos ambientais e ocupacionais.
- e) Uso racional de insumos, evitando desperdícios e reduzindo a geração de resíduos.
- f) Adoção de boas práticas laboratoriais, garantindo a segurança dos processos e a conformidade com a legislação ambiental e sanitária;
- g) Monitoramento e controle do consumo de materiais, água e energia, sempre que possível.

14.3.1 Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais associados à aquisição e utilização dos insumos laboratoriais são mitigáveis e não comprometem o meio ambiente, desde que sejam rigorosamente observadas as medidas de controle e mitigação propostas, em conformidade com a legislação vigente.

## **15. ANÁLISE DE RISCO**

15.1 Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências.

15.2 A seguir, são apresentados os principais riscos mapeados e as medidas previstas para sua prevenção ou mitigação:

### **FASE DE CONTROLE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



RISCO 01			
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			
RISCO	CONTRATAÇÃO SEM O ADEQUADO PLANEJAMENTO		
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Impugnações e pedidos de esclarecimento que gerem necessidade de adequação e atraso na conclusão do certame;</li><li>✓ Desperdício de Recursos Público;</li><li>✓ Conflitos das propostas com o que realmente se objetivava contratar face ausência de clareza.</li></ul>		
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Nível de Risco	Alto	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Ampliar o conhecimento do Órgão Contratante, nos diversos setores implicados nos processos de contratação, através de capacitações, quanto à otimização da condução das atividades de planejamento, proporcionando, assim, que os atos prévios tenham como produto a adequação e devida atenção das demandas públicas, com processos de contratação sem intercorrências e vícios que possam gerar prejuízos de ordem técnica e econômica;</li></ul>		Autoridade competente
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Não aprovar a realização de processos que não contenham os requisitos mínimos necessários para justificar e delimitar de modo adequado a demanda objeto da contratação.</li></ul>		Autoridade competente

RISCO 02			
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			
RISCO	FALTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO		
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Impossibilidade de atender à necessidade que motivou a contratação;</li></ul>		
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação;</li></ul>		Autoridade competente
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



	✓ Readequar o plano de trabalho, submetendo-o para nova aprovação, com a redistribuição de parte dos recursos para os itens que foram subdimensionados, quando possível.	Autoridade competente
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------

RISCO 03		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Atraso na contratação do objeto; ✓ Contratação Ineficiente; ✓ Desperdício de Recursos Públicos.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Elaborar estudos preliminares anteriores a elaboração do Termo de Referência; ✓ Elaborar Termo de Referência de acordo com as diretrizes da Lei.	Autoridade competente
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Readequar o Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes. ✓ Não aprovação do Termo de Referência devido de falhas.	Autoridade competente

**FASE DE CONTROLE: GESTÃO CONTRATUAL**

RISCO 01		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	ATRASSO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DO CONTRATO	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Atraso na disponibilização da solução; ✓ Não cumprimento dos prazos acordados no plano de trabalho.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato.	Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Readequar o plano de trabalho com relação ao cronograma estabelecido, submetendo-o para nova aprovação, quando possível;</li><li>✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</li></ul>	Gestor do contrato/Ordenador do contrato
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------

RISCO 02		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES	
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Falhas na comunicação entre as partes;</li><li>✓ Ausência de evidências das ocorrências do contrato;</li><li>✓ Retardo e falhas na execução do contrato.</li></ul>	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
RESPOSTA AO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Incluir no Termo de Referência o protocolo de comunicação entre contratante e contratada.</li></ul>	Autoridade competente Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Estabelecer, de imediato, meios alternativos e eficazes de comunicação.</li></ul>	Fiscal do contrato

RISCO 03		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	INADIMPLÊNCIA FISCAL PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Atraso da realização do pagamento ao fornecedor;</li><li>✓ Comprometimento da execução contratual;</li><li>✓ Rescisão contratual.</li></ul>	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
RESPOSTA AO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever, expressamente, no Termo de Referência a obrigatoriedade da regularidade fiscal, bem como as consequências de sua falta;</li><li>✓ Receber apenas nota fiscal/fatura com a devida comprovação da regularidade fiscal.</li></ul>	Autoridade competente Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Executar as providências revistas em Lei.</li></ul>	Autoridade competente



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SANTANA DO CARIRI**  
*Orgulho de ser Santanense*



RISCO 04		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
<b>RISCO</b>	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA.	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Comprometimento da execução contratual;</li><li>✓ Não disponibilização da solução desejada;</li><li>✓ Rescisão contratual.</li></ul>	
<b>ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>Probabilidade</b>	Baixa
	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Nível de Risco</b>	Aceitação Intermediária
<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever expressamente na Minuta do Contrato, as penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais.</li></ul>	Autoridade competente
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</li></ul>	Autoridade competente

RISCO 05		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
<b>RISCO</b>	DESCONFORMIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO.	
<b>CONSEQUENCIA(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Não atendimento, parcial ou total, das necessidades da contratação;</li><li>✓ Rescisão contratual.</li></ul>	
<b>ANÁLISE DE RISCO</b>	<b>Probabilidade</b>	Baixa
	<b>Impacto</b>	Alto
	<b>Nível de Risco</b>	Aceitação Intermediária
<b>AÇÃO PREVENTIVA</b>		<b>RESPONSÁVEL</b>
<b>RESPOSTA AO RISCO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Prever no Termo de Referência e no Plano de Trabalho a descrição detalhada da solução;</li><li>✓ Acompanhar, de forma ativa e periódica, a execução contratual.</li></ul>	Autoridade competente. Fiscal do contrato
	<b>AÇÃO DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>
	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Notificar formalmente a contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato;</li><li>✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.</li></ul>	Gestor do Contrato

15.3 A gestão adequada dos riscos identificados contribuirá para o sucesso da contratação, assegurando a execução regular e eficiente da aquisição do objeto em comento com qualidade, economicidade e cumprimento das demandas em tempo oportuno.

## **16. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO**

16.1 Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, a participação de empresas na forma de consórcio em processos licitatórios é uma forma que, embora permitida sob determinadas condições, deve ser avaliada com cautela pela Administração Pública. Neste contexto, é importante destacar os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, elementos centrais para a argumentação contrária a participação de empresas em consórcio para o objeto demandado.

16.2. Em primeiro lugar no objeto em epígrafe, a restrição a participação de empresas na forma de consórcio é justificada pela necessidade de simplificação e agilidade no processo licitatório, conforme preconiza o princípio da eficiência, um dos pilares da Lei 14.133/2021. Trata-se, portanto, da busca por procedimentos licitatórios mais céleres, que se traduzam em economia de tempo e recursos para a Administração Pública. A presença de consórcios, por sua natureza, tende a complexificar as negociações, aumentar o tempo de análise das propostas e dificultar a gestão contratual, afetando potencialmente a eficiência do processo.

16.3 Além disso, visando assegurar a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, aspecto evidenciado pelo princípio da economicidade, a participação de consórcios pode representar um desafio adicional na negociação de condições mais favoráveis. Isso acontece em razão da complexidade adicional na governança de tais arranjos empresariais, que podem levar a custos indiretos maiores, repercussão que tem potencial de influenciar a formação do preço final da contratação.

16.4 No que tange ao princípio da competitividade, a admissão de consórcios poderia resultar em um número menor de agentes econômicos concorrentes no certame,

limitando a ampla competição. Isto porque, ao formarem consórcios, empresas que poderiam competir individualmente no processo licitatório optam por unir forças, reduzindo assim a pluralidade de propostas e potencialmente limitando a variedade de soluções inovadoras e economicamente vantajosas para a Administração.

16.5. Por fim, é fundamental considerar que, para a seleção da proposta mais vantajosa, a administração precisa avaliar não apenas os aspectos econômicos, mas também a qualidade técnica, a viabilidade e a sustentabilidade das ofertas. Em um contexto de participação de consórcios, tal avaliação pode se tornar mais complexa, impactando diretamente a capacidade da Administração de fazer a melhor escolha possível em consonância com os objetivos pretendidos para a contratação.

16.6. Portanto, com base nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e na busca pela proposta mais vantajosa, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021, posiciona-se contra a participação de empresas na forma de consórcio para o processo em questão. Esta vedação visa assegurar a simplificação dos procedimentos licitatórios, promover maior competitividade, agilizar a etapa de seleção e negociação, além de facilitar a gestão contratual, garantindo assim a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública.

## **17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

17.1 Após uma análise detalhada dos aspectos técnicos, econômicos e legais envolvidos no processo de licitação para o objeto demandado, a fundamentação a seguir apresenta os principais elementos que corroboram esta posição favorável, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

17.2 A Justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos em função da redução da fragmentação de processos licitatórios e efetividade com padronização dos itens. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente às demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os

riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável.

17.3 A legislação em vigor, especificamente em seu Artigo 6º, Inciso XX, que define a necessidade e os procedimentos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e o Artigo 18, que discorre sobre a fase preparatória do processo licitatório, fornece a base legal para um processo de planejamento rigoroso e detalhado, visando a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, identificando as seguintes situações:

- a) Identificou-se claramente, conforme o Artigo 18, Inciso I, a necessidade da contratação do objeto demandado que são essenciais para o bom funcionamento dos serviços públicos nas unidades administrativas.
- b) Conforme o Artigo 18, Inciso IV, será realizado um orçamento estimado baseado em pesquisa de mercado, assegurando que os valores estejam em conformidade com o praticado, respeitando o princípio da economicidade e a garantia de execução dos recursos públicos com eficiência.
- c) A análise de viabilidade técnica e econômica, amparada pelo Artigo 18, §1º, incluiu um estudo metódico das quantidades a serem contratadas e da estimativa de valor, considerando a demanda atual e futura, garantindo assim a cobertura adequada pelo período previsto.
- d) O compromisso com o desenvolvimento nacional sustentável, ratificado pelo Artigo 26, que orienta a preferência por bens manufaturados e serviços nacionais, além da consideração por práticas de sustentabilidade ambiental na escolha dos materiais, reflete a responsabilidade da Administração Pública em promover contratações que contribuam positivamente para o meio ambiente e para a sociedade.

18.4 Por todo o exposto, e com base na legislação aplicável **CONCLUI-SE** pela viabilidade e razoabilidade da contratação para os serviços especificados, dado que todos os procedimentos preparatórios e escolhas metodológicas estão em absoluta consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando assim adequação a legislação,



justiça no procedimento licitatório, responsabilidade no uso dos recursos públicos e alinhamento com os interesses da sociedade e objetivos da Administração Pública.

Santana do Cariri/CE, 05 de setembro de 2025

---

Vanessa Leopoldino Coelho Rodrigues  
Coordenador EPC  
Secretaria de Saúde

---

Nara Juliana Santos Araújo  
Membro EPC  
Secretaria de Saúde